ESTRUTURA AGRÁRIA NO MATOPIBA: APONTAMENTOS A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Caroline Nascimento Pereira[1]

1 INTRODUÇÃO

Matopiba,[2] região que vem se destacando no cenário da agricultura moderna de grande escala e baseada em capital e tecnologia, apresentou uma participação de aproximadamente 10% no total de grãos[3] produzidos no Brasil em 2016. Responsável pelo crescimento da agricultura a taxas superiores à média nacional, a produção de grãos tem promovido mudanças no quadro socioeconômico dessa porção do território brasileiro desde os anos 1970.

Assim, há cerca de cinco décadas, essa região vem sendo modificada por um conjunto de ações do Estado, baseado em crédito, pesquisa – realizada principalmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – e programas de ocupação do território, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) (Monteiro, 2002).

Alguns relatos dão conta de que as primeiras ocupações datam de 1960, com as primeiras pesquisas para a adaptação de cultivares a partir dos anos 1970. O processo de ocupação foi gradual, começando pelo oeste da Bahia, precisamente por Barreiras e pelo povoado de Mimoso do Oeste, que depois viria a ser Luís Eduardo Magalhães, ainda nos anos 1970. Na década seguinte, foi a vez do sul do Maranhão, com destaque para o município de Balsas, vivenciar o processo de ocupação e introdução da agricultura de larga escala, com grande foco na soja, no milho e no algodão.

Nos anos 1990, quando as áreas outrora ocupadas começavam a ver o preço de suas terras subir, a produção ganhava estrada e chegava ao sudoeste do Piauí. A soja, que foi adaptada para o Cerrado brasileiro, visto ser um cultivo para temperaturas mais frias, tornou-se a protagonista da região, que até essa conversão produzia basicamente milho, feijão, mandioca e algumas outras tentativas de cultivos menores, que não tiveram grande sucesso no Matopiba. Atualmente, o milho também se tornou uma grande cultivar, com

---

1. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
2. A expressão resulta do acrônimo formado pelas iniciais de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
3. Segundo a lista da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), algodão herbáceo, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

expressivas safras, devido ao interesse dos mercados externos na *commodity*, bem como o algodão, importante para a indústria têxtil.

Tocantins teve um processo diferente de inserção na configuração do Matopiba. Ele é fruto da separação do norte do Goiás do restante do estado, ocorrida no início dos anos 1990. Por conta de sua localização estratégica, tornou-se rota de exportação e entreposto da produção oriunda do Centro-Oeste, que sempre buscou uma alternativa ao porto de Paranaguá e a teve com a inauguração do porto de Itaqui, em São Luís do Maranhão.

Todo o processo de ocupação da região alterou o desenho do território, como bem apontam Favareto *et al.* (2019), com a chegada de muitos produtores e também de investidores interessados no potencial especulativo do local. Com isso, a região apresenta, atualmente, unidades produtivas com mais de 1 mil hectares, localizadas principalmente nas áreas de forte produção de *commodities*.

Muito embora já existam diversos trabalhos sobre essa região, como os de Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017), Favareto *et al.* (2019), Garcia e Buainain (2016), entre outros, estes possuem uma abordagem mais voltada à dinâmica agrícola e aos impactos sociais da ocupação. A estrutura fundiária do Matopiba pouco foi abordada até este momento, porém, não é menos importante que os outros aspectos estudados. Assim, a distribuição das propriedades e o tamanho destas pelo território têm uma grande importância para o entendimento e o planejamento da localidade. Destarte, este trabalho pretende mostrar, por meio dos dados do *censo agropecuário de 2017*,[4] a estrutura fundiária atual da região.

2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MATOPIBA

A região,[5] composta por 337 municípios distribuídos por 73 milhões de hectares, englobando o sul e o nordeste do Maranhão, o oeste da Bahia, o sudoeste do Piauí e do Tocantins, e ocupada por 6,3 milhões de habitantes, esconde muitas especificidades, uma vez que dentro do imenso Matopiba há uma enorme disparidade social, econômica e produtiva (Porcionato, Castro e Pereira, 2018).

Com tamanha diversidade, o Matopiba abrange extensas áreas com agricultura de larga escala, como soja, algodão, milho, eucalipto e pecuária, assim como grandes áreas com agricultura de subsistência, como mandioca, feijão e milho. Muitos municípios ainda se dedicam à agricultura familiar, com produção de mandioca, frutas, castanhas, entre outros produtos, além de extrativismo, como o eucalipto no oeste da Bahia e do Maranhão – há também a pecuária por todo o Matopiba, porém em estágios distintos.

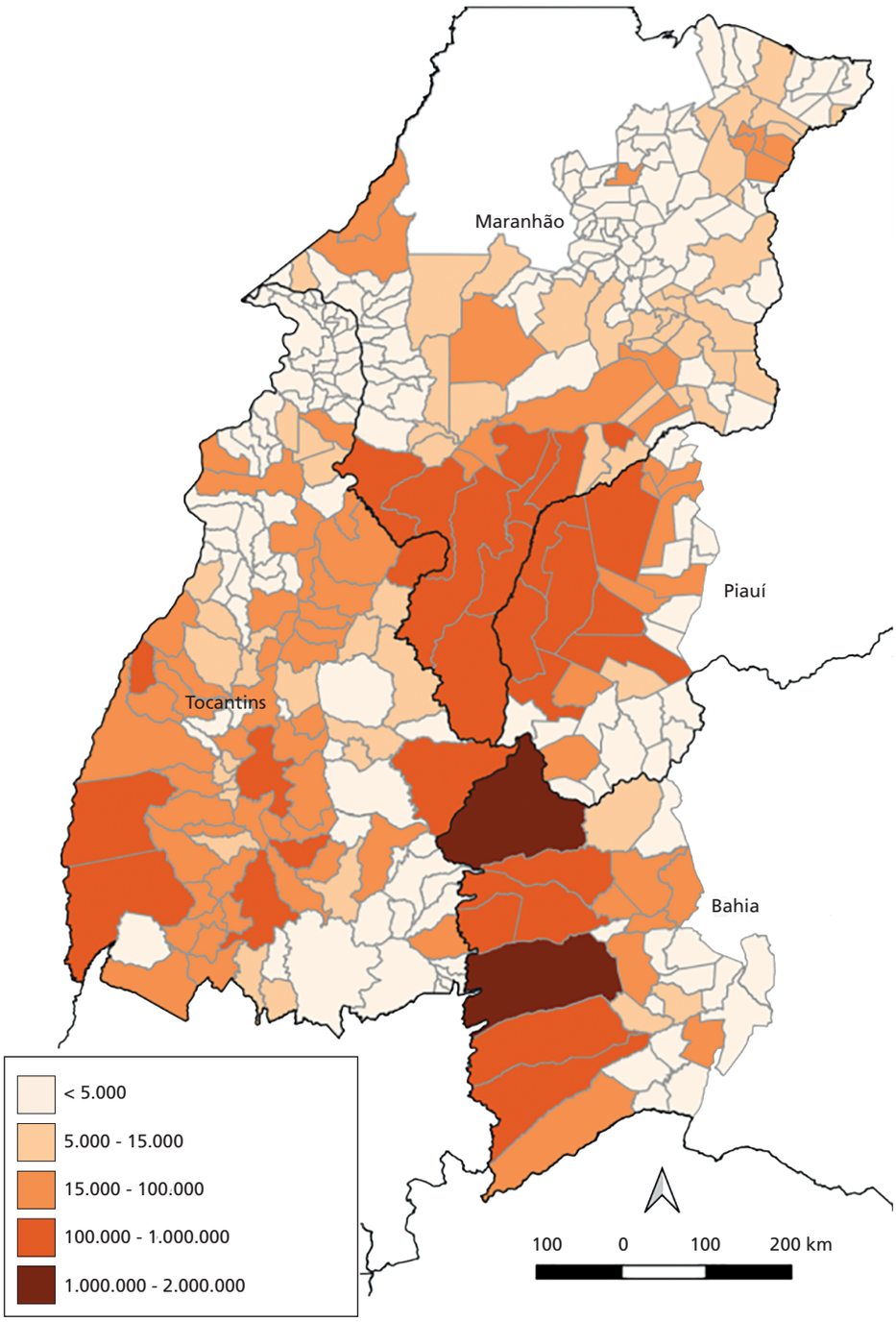
O mapa 1 apresenta a distribuição por faixa de produção total dos principais grãos produzidos no Matopiba (algodão, arroz, feijão, milho, soja e sorgo). Os maiores municípios produtores estão concentrados. Os dois com produção superior a 1 milhão de toneladas estão localizados no oeste baiano, ladeados ao norte e ao sul por diversos municípios com produção superior a 100 mil toneladas. O sul do Maranhão abrange diversos municípios com mais de 100 mil toneladas, com destaque para Balsas, Tasso Fragoso, Sambaíba, Riachão, Alto Parnaíba, entre outros – além do Piauí, especificamente o sudoeste do estado, para onde a produção também se espraiou, formando grandes produtores de grãos, como Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Bom Jesus.

4. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>.
5. A partir da delimitação imposta pelo Decreto nº 8.447/2015.

MAPA 1

Matopiba: produção de grãos (2016)

(Em t)



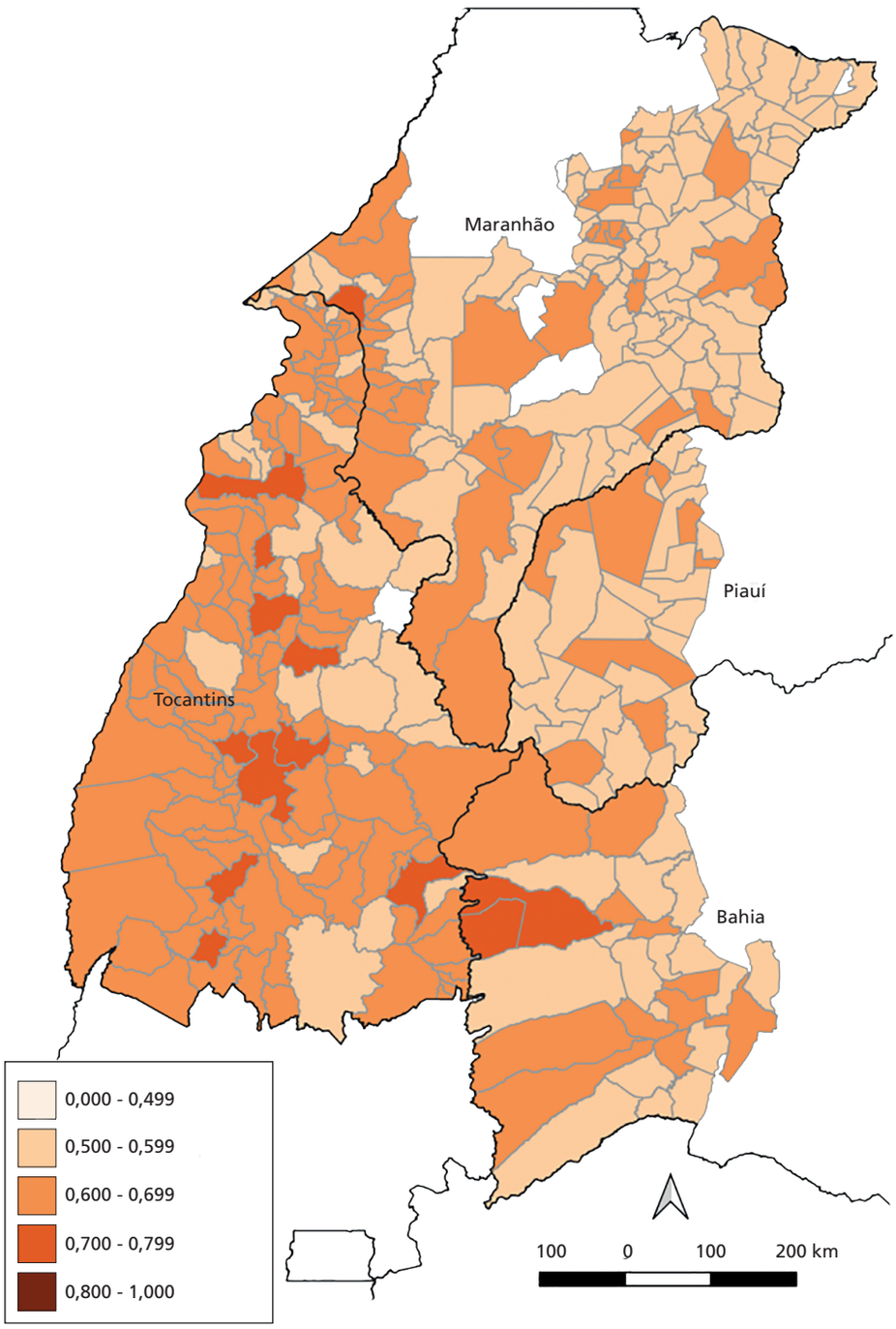
Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração da autora.

Pelo tipo de grão produzido, a soja respondeu por grande parte dessa produção: 59,8% do volume produzido no Matopiba em 2016. Em seguida vieram o milho, com 26,2%; o algodão herbáceo, com 6,6%; o arroz, com 5%; o sorgo, com 1,4%; e o feijão, com 1%.

Se a pujança agrícola se faz notar facilmente, os ganhos sociais não são sentidos na mesma intensidade. Assim, utilizou-se aqui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

(IDHM),[6] que tem por característica ser um indicador mais abrangente que o produto interno bruto (PIB) *per capita*, por englobar três dimensões (renda, educação e longevidade), o que o torna mais completo. O mapa 2 apresenta a composição do IDHM no Matopiba para 2010, ano de realização do último censo demográfico.

MAPA 2
Matopiba: IDHM (2010)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ipea e Fundação João Pinheiro (FJP).
Elaboração da autora.

6. O IDHM é dividido por faixas: muito baixo (0-0,499), baixo (0,5-0,599), médio (0,6-0,699), alto (0,7-0,799) e muito alto (0,8-1).

A porção oeste do Matopiba apresenta os maiores valores para esse indicador, com destaque para o Tocantins e alguns municípios dos outros estados. O destaque negativo fica na parte norte/nordeste do Maranhão, no sudoeste do Piauí e no oeste da Bahia.

Em específico, no norte/nordeste do Maranhão, concentram-se as condições humanas mais sofríveis e a população mais vulnerável do Matopiba. Como a área abriga grande parte da população da região, é premente a necessidade de políticas específicas voltadas para o seu desenvolvimento.

3 ESTRUTURA AGRÁRIA NO MATOPIBA

Segundo Silva (1997), a terra, o meio de produção mais importante na agricultura, não é passível de multiplicação, muito embora as inovações tenham mostrado que é possível aumentar a produtividade a taxas crescentes. Desse modo, a estrutura agrária é um ponto fundamental para entender a dinâmica agrícola. E, por ser um meio de produção não reprodutível, sua apropriação/ocupação é de suma importância e determinante para o desenvolvimento local, haja vista a região Sul do Brasil, devido à relevância da pequena propriedade na sua colonização.

O processo de modernização conservadora implementado nos anos 1970, com a introdução de tecnologias no campo, intensificou ainda mais essa formação de grandes latifúndios. As pequenas e médias propriedades no Brasil naquela época não receberam nenhum incentivo para sua manutenção, sem qualquer diretriz de política econômica a seu favor, pois estavam à margem da oferta de crédito e de políticas de comercialização, o que culminou no grande êxodo rural ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 (Balsan, 2006; Alcantara Filho e Fontes, 2009). A pequena propriedade somente começou a receber atenção e recursos nos anos 2000, com melhorias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), muito embora governos dos anos 2000 em diante não tenham sido muito favoráveis à reforma agrária (Peixoto, 2017).

Em todo o Brasil, o que se observa ao longo dos anos é a concentração agrária, lógica reproduzida também no Matopiba – afinal, trata-se da fronteira agrícola atual, foco de grande interesse do capital agrícola e estrangeiro, fazendo com que o preço da terra suba e reverbere na forma de apropriação do espaço rural pelos seus ocupantes. O Brasil apresenta uma estrutura fundiária extremamente concentrada, vista com abrangência nacional, mas geograficamente muito diferenciada, tanto em uso como em posse, quando analisada pelas suas Grandes Regiões.[7]

Em 2006, os dados já apontavam a enorme desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, com os estabelecimentos com 100 ha ou mais respondendo por 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas e ocupando 78,6% da área dedicada à atividade. Na outra ponta, os com menos de 10 ha perfaziam mais de 50% dos estabelecimentos e ocupavam apenas 2,4% da área total. A concentração agrária elevada no Brasil vem desde os primórdios da colonização deste país, que se baseou no latifúndio monocultor e no trabalho escravo.

Em relação ao censo agropecuário de 1996, os dados não mudaram significativamente, observando-se uma estabilidade na desigualdade fundiária (índice de Gini fundiário) (Hoffmann e Ney, 2010). A estabilidade foi uma surpresa, visto que, entre os dois censos de

7. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>.

1996 e 2006,[8] houve a diminuição da desigualdade de renda e da pobreza, principalmente em áreas rurais, além do grande número de assentamentos ocorridos principalmente no período dos governos Fernando Henrique Cardoso e da ampliação do crédito agrícola para a agricultura familiar e os agricultores assentados (Peixoto, 2017).

Já no censo agropecuário de 2017 foram levantados 5.072.152 estabelecimentos agropecuários em 350 milhões de hectares em todo o Brasil. Deste montante, 45% são áreas de pastagens, 29% são matas e/ou florestas, 18% são lavouras e 8% são destinados a outros usos da terra. Houve um aumento de área de 5% entre 2006 e 2017, com um leve incremento na concentração agrária em relação a 2006. Em 2017, do total de estabelecimentos no Brasil, 10,8% se referiam a propriedades com mais de 100 ha ocupando 79,5% da área total. Os estabelecimentos com 10 ha ou menos totalizavam 50,2%, em 2,3% da área total.

Optou-se, neste ensaio, pela utilização do censo agropecuário[9] para a análise da evolução da estrutura fundiária entre 2006 e 2017. A caracterização das propriedades no Matopiba é apresentada a seguir. De forma geral, o censo agropecuário de 2017 informa que há 275.297 estabelecimentos agropecuários no Matopiba, ou seja, 5,4% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, ante 280 mil em 2006. A tabela 1 mostra a distribuição desses estabelecimentos por grupos de área na região. Em 2006, havia 41,9% com menos de 10 ha, com uma redução para 38,6% em 2017. Os estabelecimentos com mais de 100 ha passaram de 16% para 15,5%, entre 2006 e 2017. As faixas que tiveram aumento foram as de 10 ha a 50 ha e de 50 ha a 100 ha.

TABELA 1
Matopiba: número e área dos estabelecimentos por grupos de área (2006 e 2017)
(Em %)

Grupos de área (ha)	Número de estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	2006	2017	2006	2017
0-10	41,9	38,6	0,7	0,7
10-50	31,0	34,3	6,9	10,1
50-100	11,1	11,5	6,4	6,6
100-1.000	13,9	13,4	32,8	30,9
> 1.000	2,1	2,1	53,2	51,6
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: IBGE.

Apesar da redução do número de estabelecimentos de até 10 ha, não houve alteração na área total destinada a esse grupo, que se manteve em 0,7%. Essa área, no entanto, teve uma leve redução em valores absolutos: de 33 milhões para 32,6 milhões de hectares em 2016. Os estabelecimentos com mais de 100 ha ocupavam 86% em 2006 e 82,5% em 2017, valores acima da elevada concentração fundiária brasileira. A área destinada aos pequenos (com menos de 10 ha), por sua vez, é bem inferior à brasileira, que já é extremamente desigual.

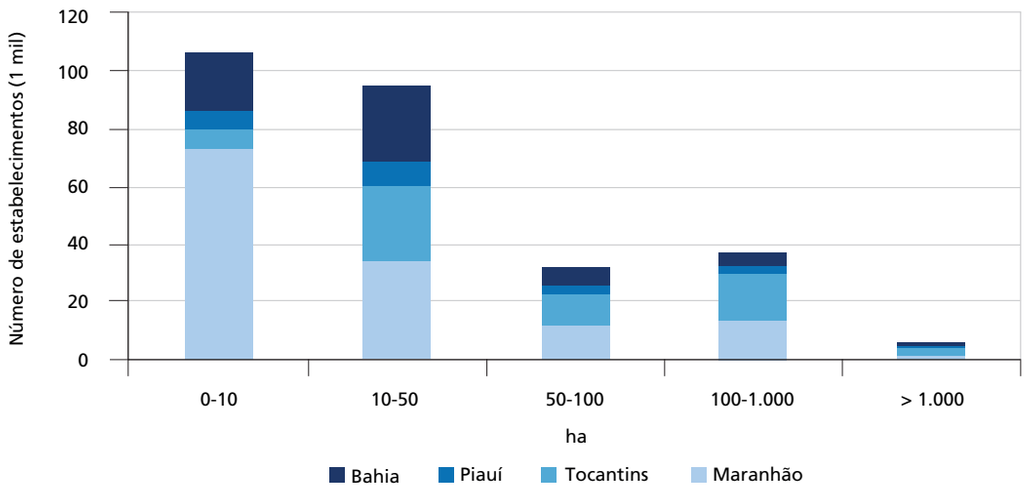
8. É importante considerar a influência do período de coleta de dados nas estimativas de distribuição da posse da terra, em que variações nos resultados podem ser explicadas pela alteração do período de referência das pesquisas do ano agrícola para o civil, e não apenas por uma mudança real na estrutura fundiária.

9. O censo agropecuário tem como característica ser uma pesquisa estatística realizada no Brasil com a finalidade de produzir e disponibilizar informações sobre os aspectos das atividades agropecuárias. Os dados são coletados diretamente em todos os estabelecimentos agropecuários, independentemente de tamanho, forma jurídica, existência de atividade comercial ou subsistência e localização (urbana ou rural). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>.

Relacionando as Unidades da Federação (UFs) com os grupos de área, o Maranhão é o único estado onde há o predomínio de pequenas propriedades, em número de estabelecimentos, com até 10 ha (54,6%). Nos outros três estados, observa-se o predomínio de estabelecimentos agropecuários entre 10 ha e 50 ha. O Tocantins é o estado em que, apesar de não ser predominante, há uma grande parcela de estabelecimentos na faixa de 100 ha a 1.000 ha (25,8%) e acima de 1.000 ha (4,7%) (gráfico 1).

GRÁFICO 1

Matopiba: distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e UF (2017)



Fonte: IBGE.

Com o olhar sobre a distribuição de área, entretanto, observa-se uma grande concentração de terras nos estratos considerados de grande latifúndio. Os dados mostram que 51,6% da área total dos estabelecimentos é referente aos com mais de 1.000 ha, ao passo que apenas 0,7% dessa área se refere a estabelecimentos com menos de 10 ha. O oeste baiano apresenta a pior distribuição fundiária, com 2% de seus estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupando 71,1% da área total. O Piauí também possui extrema concentração, com 2,1% dos estabelecimentos acima de 1.000 ha ocupando 64,7%.

É importante também considerar os minifúndios, os quais possuem menos de 2 ha. Como colocaram Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017), trata-se de estabelecimentos que não apresentam viabilidade para a produção agrícola em função do tamanho restrito. Os dados mostram que os minifúndios representam 23,4% do total dos estabelecimentos agrícolas do Matopiba, sendo que, destes, 84,5% estão localizados no Maranhão. Em relação aos estabelecimentos totais da UF pertencentes a esse território, o Maranhão também possui a maior proporção de minifúndios, 40,6%, seguido da Bahia, com 35,7% (mapa 3).

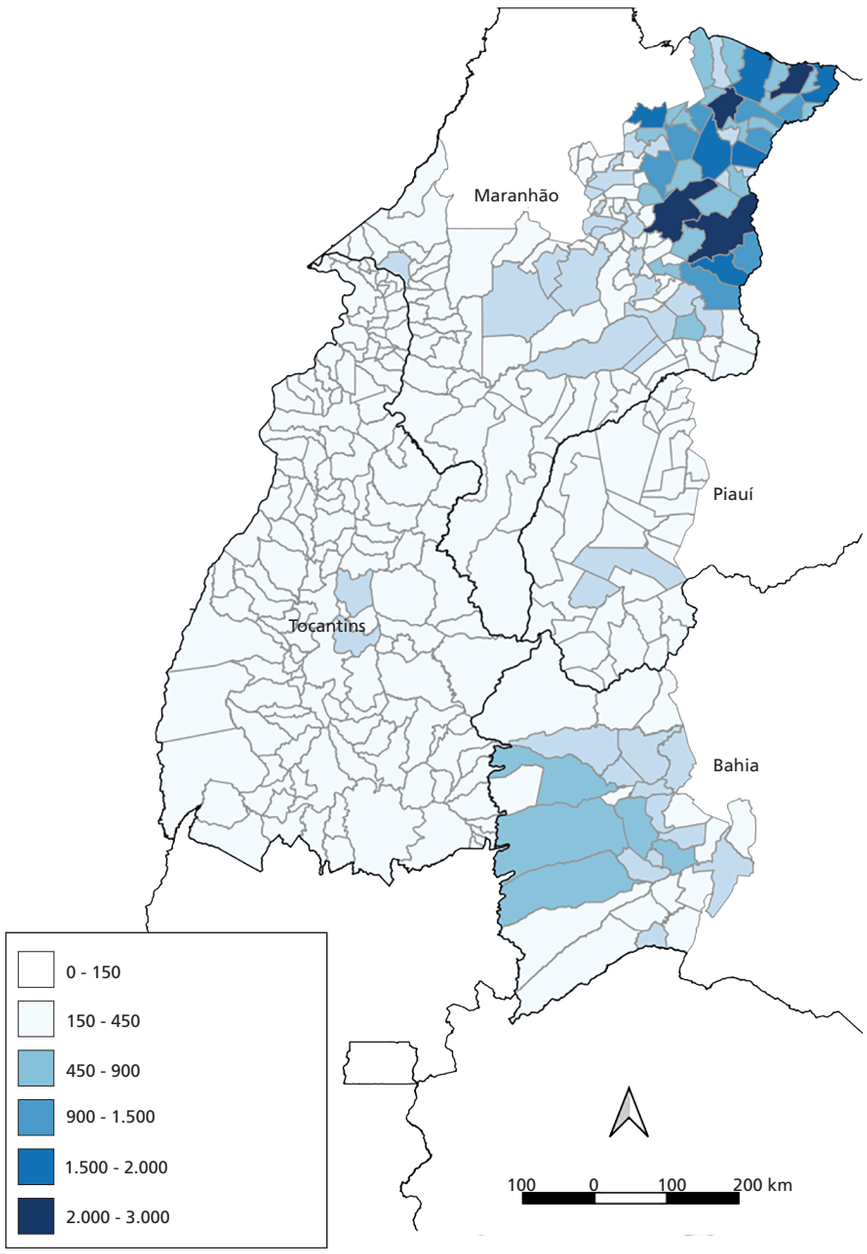
O Tocantins, marcado por grandes estabelecimentos (latifúndios), possui apenas 3,6% deles como minifúndios. A porção do Piauí no Matopiba, por sua vez, possui 7,5%. Esse ponto é de fundamental importância para entender como essas pessoas serão inseridas na economia local com o avanço da soja, pois se trata de famílias em propriedades com incapacidade de produção.

No Maranhão, especificamente, observa-se a existência de minifúndios no norte/nordeste do estado – essa área é onde estão os indicadores mais suscetíveis do Matopiba. Bem como se viu na agricultura e na pecuária, é um espaço com baixa produção agrícola em larga escala, como soja, algodão etc., além de abrigar a criação de caprinos e ovinos e outros cultivos de

menor valor econômico, como mandioca, banana, entre outros. A Bahia, porém, está no mapa mostrando que isso não é a regra, uma vez que a porção baiana do Matopiba possui bons indicadores e ainda assim apresenta muitos minifúndios.

MAPA 3

Matopiba: número de minifúndios em cada município (2017)



Fonte: IBGE.
Elaboração da autora.

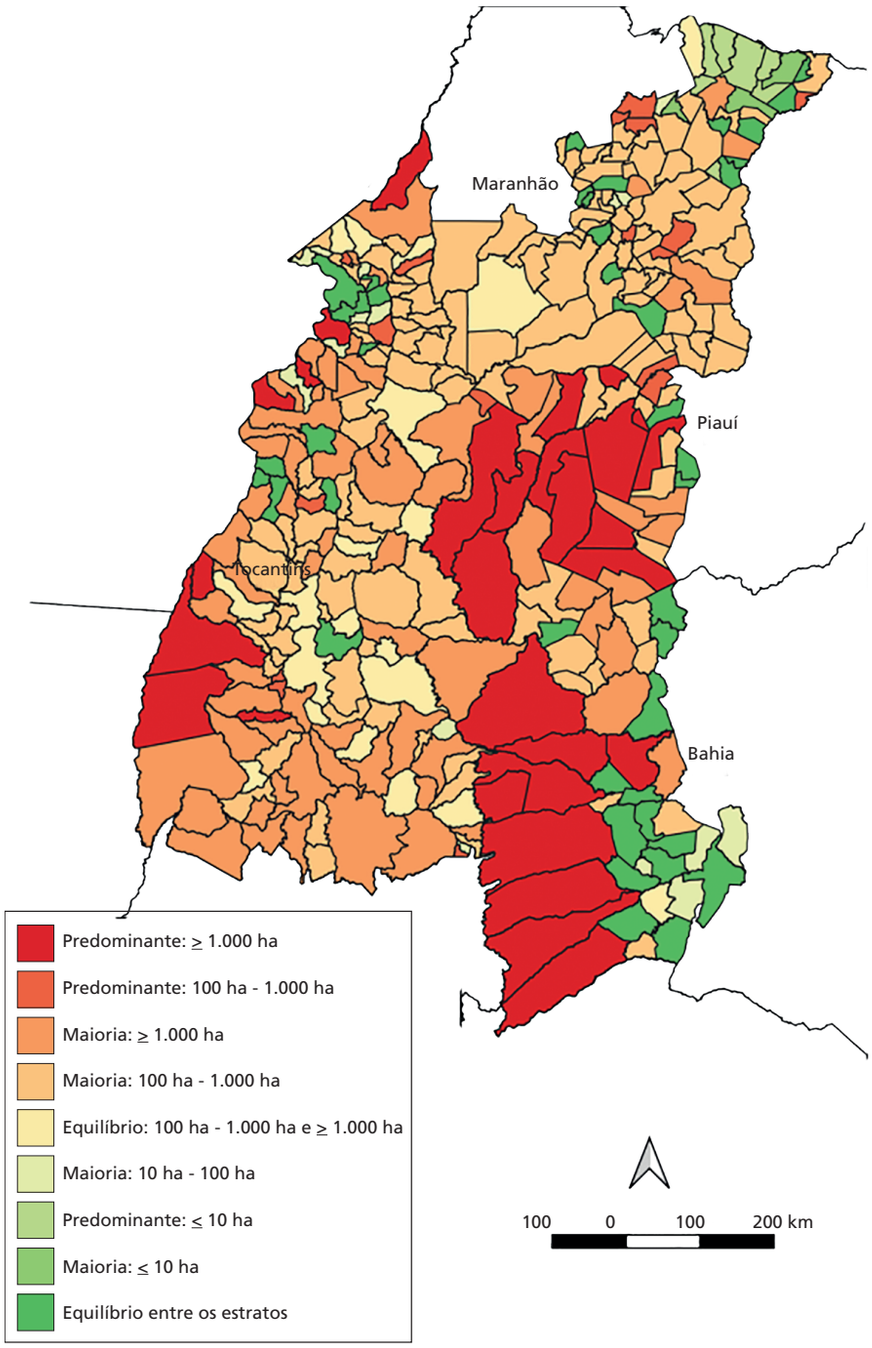
Analisando a distribuição dos estabelecimentos por municípios, o mapa 4 apresenta uma tipologia de classes de área na região do Matopiba a partir de dados do censo agropecuário de 2017.[10] A tipologia foi criada e aplicada considerando os termos *predominante*, para

10. Foi realizado um ajuste nos dados, de modo que se usou como parâmetro o total dos estabelecimentos notificados, ou seja, a área real que o censo conseguiu contabilizar a partir da informação obtida. Esta é utilizada somente quando há no mínimo três notificações sobre a área do estabelecimento.

quando houver mais de 70% dos estabelecimentos do município com área igual ou superior a 1.000 ha, e *maioria*, para quando houver entre 40% e 70% deles com área igual ou superior a 1.000 ha. Assim, observa-se a predominância de áreas com mais de 1.000 ha e até mesmo a maioria de municípios com área superior a 1.000 ha.

MAPA 4

Matopiba: tipologia das classes de área segundo a área dos estabelecimentos (2017)



Fonte: IBGE.
Elaboração da autora.

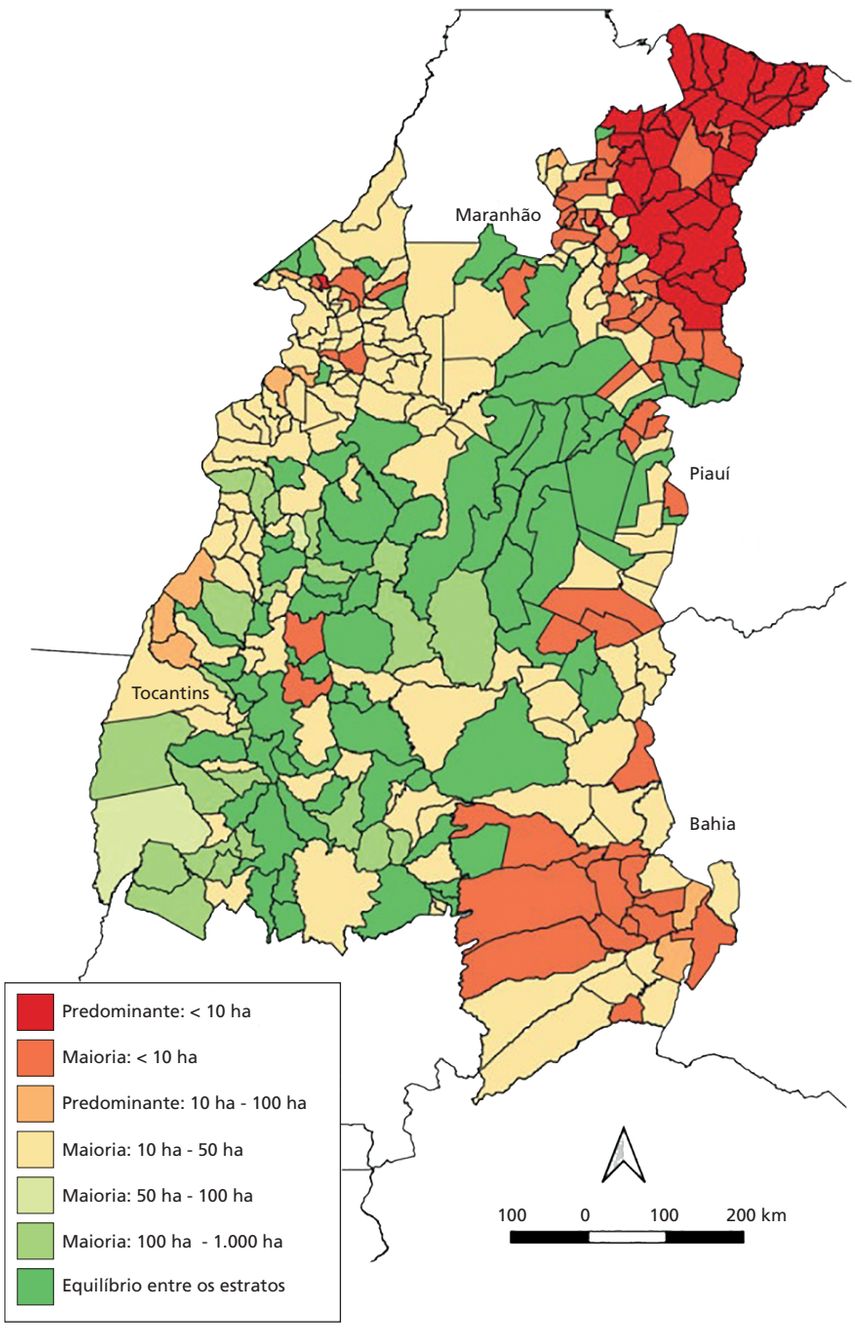
Esses estabelecimentos estão mais concentrados no oeste Baiano, no sul do Maranhão (Alto Parnaíba, Balsas, Loreto, Pastos Bons e Tasso Fragoso) e no sudoeste do Piauí (Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Currais, Uruçuí, Bom Jesus e Sebastião Leal). Outra região

de predominantes latifúndios, com mais de 1.000 ha, é o extremo oeste do Tocantins, tradicionalmente produtor de arroz. Já os municípios cuja maioria dos estabelecimentos possui 1.000 ha ou mais estão localizados no Tocantins e na chamada rota da soja.

Quanto aos municípios que apresentam a maior parte de seu território com estabelecimentos de menos de 10 ha, sejam predominantes ou maioria, estão todos localizados no Maranhão. Importante pontuar que, no geral, o Matopiba possui, em grande medida, estabelecimentos pequenos, de menos de 10 ha, porém no conjunto do território eles não fazem muita diferença – exceto no Maranhão.

MAPA 5

Matopiba: tipologia das classes de área segundo o número de estabelecimentos agropecuários (2017)



Fonte: IBGE.
Elaboração da autora.

Em termos de número de estabelecimentos, Luís Eduardo Magalhães (Bahia) é o município do Matopiba com o maior valor percentual (18,5%) dos com área superior a 1.000 ha. Considerando que em todo o Matopiba apenas 2,1% dos estabelecimentos possuem área igual ou superior a 1.000 ha, entretanto, 51,64% da área total de estabelecimentos se refere àqueles com mais de 1.000 ha.

Desse modo, observa-se uma alta concentração fundiária na região – com algumas exceções, como o norte do Maranhão –, com o predomínio de estabelecimentos com menos de 10 ha, bem como no oeste baiano, onde há uma maioria com menos de 10 ha.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado, a agricultura do Matopiba cresce acima da média nacional, baseada principalmente na produção de grãos, como algodão, arroz, soja e milho, voltada para a exportação. O efeito desse crescimento tem sido o aumento do PIB da região, assim como algumas melhoras nos indicadores sociais, apesar da concentração de renda levemente acentuada na última década.

Outros efeitos da agricultura intensiva em larga escala são o maior uso da terra e o interesse de investidores no Matopiba. Muito embora não tenha havido um aumento da concentração entre os censos agropecuários de 2006 e de 2017, os valores apresentados são altamente preocupantes, uma vez que apenas 2,1% dos estabelecimentos agropecuários possuem mais de 1.000 ha, ocupando 51,6% da área total.

Assim, o que se aponta após a análise da estrutura fundiária da região é a alta concentração em termos de área dos estabelecimentos, superando os valores da concentração de terras no Brasil. Esses dados podem ser analisados com uma visão crítica, visto que se trata de uma fronteira agrícola, conforme já mencionado, com sucessivos interesses sobre a região. Isso pode vir a forçar ainda mais a estrutura para um viés mais desigual, o que reflete na renda e no desenvolvimento local. Sem esquecer também a questão hídrica, pois o oeste baiano, área de grandes propriedades, abriga um aquífero, tornando-se uma região de disputa de água, principalmente em Correntina (Bahia), que tende a se agravar num contexto de alta concentração fundiária.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 4, n. 7, jul./dez. 2009.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A economia agropecuária do Matopiba. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: Sober, 2017.

FAVARETO, A. *et al*. Há mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 348-381, 2019.

GARCIA, J. R.; BUAINAIN, A. M. Dinâmica de ocupação do cerrado nordestino pela agricultura: 1990 e 2012. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 2, p. 319-338, abr./jun. 2016.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**: Grandes Regiões e Unidades da Federação (de 1970 a 2008). Brasília: MDA, 2010.

MONTEIRO, M. do S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PEIXOTO, S. E. A. A. **A reforma agrária no Brasil**: uma leitura das décadas de 1990 e 2000. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. **Aspectos sociais do Matopiba**: análise sobre o desenvolvimento humano e a vulnerabilidade social. Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, n. 2387).

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.